





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins);-----

Os Vereadores da Oposição: José Manuel Valente Graça) e Horácio Correia da Piedade);-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vitor Aleixo e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo e Marilyn Zacarias.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Maria Esteves Ferreira Lourenço, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes. -----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Bruno Miguel Martins Inácio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Bárbara Miriam do Amaral Correia.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

### -----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre expediente recebido;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Período da Ordem do Dia;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;**-----

b)- **Proposta 15/2018- Deliberação relativa à Apreciação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e à Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º655-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

c)- **Proposta 16/2018- Deliberação relativa à Autorização Prévia da Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [Proposta Camarária n.º 658-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

d)- **Proposta 17/2018- Deliberação relativa à Proposta de Adesão à ANAM, ao abrigo da alínea k) do n.º2 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013;**-----

e)- **Proposta 18/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1, alínea a) do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e do art.º74.º do Regimento da Assembleia Municipal, cuja retificação foi aprovada na continuação da Sessão Extraordinária de 31 de Julho de 2015, realizada em 3 de Agosto de 2015;**-----

O senhor Presidente da Assembleia, tendo verificado a existência de quórum deliberativo, passou de imediato ao primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público.-----

**1-Intervenção do Público;**-----

Foi cedida a palavra à **Munícipe Deolinda Silva**, que disse que o assunto que a trazia hoje a esta sessão era o Calçadão de Quarteira. Na passada reunião do dia 23 de Fevereiro, tinha colocado algumas questões que ainda não tinham obtido resposta. Foi também solicitado o agendamento urgente de uma reunião com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

senhora Vereadora Heloísa Madeira, no dia 28 de Fevereiro para que as questões colocadas fossem respondidas.-----

As questões deveriam ser respondidas de imediato e não em privado, e porque motivo as questões aqui colocadas por outros munícipes obtiveram resposta e nós não. O prazo para receber as respostas escritas já findou, ainda não tendo recebido qualquer contacto e respostas, não tendo ainda sido esclarecidos as questões colocadas pela CAAQ (Comissão de Artistas, Artesãos e outros promotores de Cultura e Tradições de Quarteira), nem pela Câmara Municipal, Junta de Freguesia ou Capitania, para tentativa de resolução deste assunto.----

Solicitou ao Executivo para poder enfrentar as despesas, é que deixem trabalhar pelo menos este ano no Calçada de Quarteira, porque nesta nova centralidade não sabem como irá ser, deste modo em 2019 já saberão com o que é que irão contar.-----

-----  
Seguidamente usou da palavra a **Munícipe Catarina Pereira Cruz**, que enumerou alguns cidadãos todos com domicílio na Rua Estados Unidos da América, Zona 3.3- em Vilamoura, no beco dos lotes 113, 114, 116, 117, 118 e 119, e munícipes do concelho de Loulé, representados pela própria, Catarina Pereira Cruz, advogada, com Cédula Profissional n.º54623 F, com sede profissional na Rua Manuel dos Santos Vaquinhas, em Almancil, vem deste modo expor a situação que se passa frente às moradias dos requerentes, no estacionamento destinado aos proprietários das moradias, estão ocupados ilegalmente por viaturas da empresa Visacar (empresa de aluguer de automóveis).-----

Com efeito nos termos do art.º6.º, n.º4 do Dec. Lei, n.º181/2012 de 6 de Agosto, "os veículos afetos à atividade de rent-a-car, quando não alugados, não podem estacionar na via pública, salvo em lugares especialmente fixados para esse efeito, designadamente os fixados junto de terminais de transporte". O beco onde os residentes habitam, não é um terminal de transportes, sendo que as carrinhas das empresas de rent-a-car, estacionam naquele local por vários dias consecutivos, fazendo daquele espaço um parque de estacionamento legal a fim de evitarem os custos com o parqueamento dos veículos. Em suma, os moradores não conseguem lá estacionar, bem como problemas de segurança e ordem pública naquele local. Os clientes da empresa de rent-a-car, já foram protagonistas de inúmeros episódios deploráveis junto aos carros alugados e junto às moradias dos requerentes, por vezes completamente embriagados.-----

Nestes termos vem requerer que a Assembleia Municipal, no exercício das suas competências, reguladas pelo art.º 8.º, n.º2, alínea u), do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, aprove a colocação de um sinal vertical de trânsito de estacionamento, reservado a moradores, à entrada do beco onde os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

requerentes têm domicílio, e que intervenha junto do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de modo a que a deliberação seja Executada.-----

Posteriormente usou da palavra a **Munícipe Ana Paula Correia**, que disse que a causa que a trouxe aqui esta noite, são a questão dos salários das funcionárias da escola D.Dinis e às quais se juntaram as funcionárias da Escola S.Pedro do Mar.

Na qualidade de coordenadora do Agrupamento da Escola D.Dinis em Quarteira, vêm em representação destas funcionárias. Explicou que Neste Agrupamento existe uma grande diversidade de salários, onde existem pessoas com mais de 30 anos de serviço, a ganhar muito menos do que algumas que têm 10 anos de serviço. Em 2007 e 2008, entraram na Câmara com a alçada do senhor Vereador Possolo Viegas, cerca de 14 pessoas, erradamente com categorias superiores às suas. Disse não ter nada contra quem ganha mais, mas não admite é quem estar a ganhar menos. Não quer prejudicar quem ganha 737€, quer é quem ganhe 580€, suba de escalão, porque trabalham há cerca de 30 anos.-----

Pediú respostas às questões solicitadas e entregou na mesa documentos relativos a esta situação das funcionárias em questão.-----

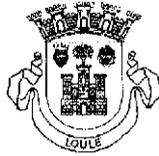
Seguidamente foi dada a palavra ao **Munícipe Rogério Rochinha**, que começou por questionar a senhora Vereadora Heloísa Madeira, se pode responder, quem paga a iluminação pública no Vilar do Golfe, Aldeia do Golfe, Aldeia do Mar e outras.---

Outra questão, prende-se com o Projeto das Praças de Quarteira, que estará em fase de conclusão, para quando o seu início.-----

Questionou igualmente sobre um edifício construído por Anibal Madeira, um pouco mais à frente da Pastelaria Beira Mar, se tem licença de habitabilidade ou não.-----

Sobre a questão da ALGAR, crimes ambientais não se pagam, julgam-se em tribunal e gostaria de saber qual a posição do Administrador da parte dos 44% da parte pública na ALGAR, e se está conivente com estas situações. A ALGAR diz que está autorizada pelas Águas do Algarve a depositar por dia 20 m<sup>3</sup> nessa estação elevatória, o que significa que são 440 m<sup>3</sup> por mês de lixiviados. Deste modo sugeriu que fosse pensada uma nova localização para este Aterro do Sotavento Algarvio.-----

No que diz respeito à feira de Verão de Quarteira, na zona em que vai haver as diversões e onde está situado o palco, zonas que lhe parece de cedência de terrenos, e se para o próximo ano, se esses loteamentos estiverem em construção, o que vai acontecer? Terminou dizendo eu não acredita naquele projeto.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida foi cedida a palavra ao **Munícipe Michael Ferrada**, representante da Comissão de Utentes da Via do Infante, e começou por questionar a Câmara de Loulé, sobre qual o papel da Câmara no sentido de irem fiscalizar ou identificar as obras que foram mal resolvidas, e sobre qual o desempenho e se essas obras foram por conta da Câmara ou por conta das Infraestruturas de Portugal. No concelho de Loulé, existe o traço mais contínuo de toda a EN 125, da zona das Quatro-Estradas quase até à Patã. Questionou à Câmara Municipal, se tem alguma intervenção nestas obras, no sentido de verem que está mal e pedirem a suspensão das mesmas. Porquê colocar semáforos nas passadeiras das rotundas? Felicitou a Câmara Municipal, uma vez que têm em caixa 70 milhões de euros e seria bom que aplicassem esse dinheiro na Ciclovia de Almancil à Quinta do Lago, e que dentro da mesma existem pontos luminosos, o que é um perigo, seria bom que se corrigisse o que está mal.-----

Falou ainda sobre um estaleiro que existe frente ao Hotel Conrad, o que com um pouco de boa vontade se resolvia, dando assim uma imagem muito negativa do Algarve.-----

Referiu-se também ao estacionamento da Quinta do Lago, que no período de Inverno se encontra vazio, e o que pretende a Câmara com esta iniciativa. A sugestão de transporte público para o pessoal que trabalha nos espaços comerciais, até há quem diga que os parques pagos serve para financiar transporte, nas zonas de Vale do Lobo, Dunas Douradas e Quinta do Lago.-----

Usou da palavra o **Munícipe Helder Contreiras**, cidadão de Almancil, e deputado eleito da Assembleia de Freguesia de Almancil e os assuntos que o trazem aqui dizem respeito à sua freguesia. Foram apresentadas várias propostas para a utilização de espaços públicos que estão dentro de Almancil e que infelizmente graças ao PP1 de Almancil, não se pode elaborar nada lá, a não ser os espaços verdes e ocupação dos miúdos mais pequenos.-----

Disse ter um projeto em Associação com um freguês de Almancil, de construir um Bike-Parque em Almancil, que foi apresentado em Assembleia de Junta de Freguesia, mas que por esta impossibilidade não é possível executar. Existe um terreno particular, e o que é que a Câmara ofereceria ao proprietário em troca, visto o privado colocar o terreno ao serviço público, para ser dada utilização à juventude em Almancil.-----

Abordou a questão da entrada em Almancil, que desde S.João da Venda até Almancil, é só buracos na estrada.-----

A Estrada da Cabana Queimada, prometeu-se obras naquela estrada, fez-se uma requalificação de passeios, esquecendo-se da iluminação e de um tapete.-----

Relembrou ao senhor Presidente da Câmara, uma promessa que fez aos



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

almancilenses, há algum tempo atrás, no Edifício da ASCA em Almancil, onde prometeu aos almancilenses retificar a estrutura de metal em frente ao poço e que até hoje continua na mesma.-----

Posteriormente interveio o **Munícipe Tiago Grosso**, que abordou as condições do Skate Parque e do parque junto à mata, que está-se a degradar e não existe qualquer sítio para os jovens se sentarem, causando deste modo alguma insegurança para os praticantes que utilizam aquele espaço.-----

Seguidamente usou da palavra o **Munícipe Nelson Contreiras**, que questionou o Executivo sobre o que estariam pensando para os jovens em Almancil, porque há 20 anos, que não existe nada, para além do futebol para os jovens desta vila. Almancil, tem as praias de Vale do Lobo, Quinta do Lago, Garrão, Ancão, sendo apenas 2 que não se paga estacionamento, não existindo deste modo alternativa e questionou o Executivo sobre o que estaria a pensar fazer em relação a esta matéria.-----

Por fim usou da palavra a **Munícipe Magda Costa**, Assistente Operacional da Escola D<sup>a</sup> Francisca e Aragão no Agrupamento de Escolas D. Dinis em Quarteira, que manifestou o seu desagrado e indignação, agradecendo desde logo à sua chefe presente aqui esta noite e que de uma forma clara e objetiva expos o assunto que a trouxe hoje aqui, que é a disparidade da nota de avaliação, que no seu entender não vê qual a razão para esta diferença ser tão grande.-----  
Apelou à compreensão do senhor Presidente da Câmara Municipal, para a resolução deste problema.-----

Para responder às várias questões levantadas, interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dizer que passaria a palavra à senhora Vereadora Heloísa Madeira, para responder a parte das questões colocadas.-----

Tomou a palavra a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que relativamente às questões que foram colocadas pela D<sup>a</sup> Deolinda Silva, sobre a questão do Calçadão e ao Projeto da Feira de Verão de Quarteira, a reunião ocorrida a 28 de Fevereiro, não foi exclusiva da associação que representa, porque foi aberta aos representantes de todas as atividades que normalmente concorrem ao exercício da sua atividade no Calçadão, durante o Verão. A reunião foi bastante esclarecedora e o projeto foi aprovado. Foi na reunião explicado o projeto muito exaustivamente aos presentes e no dia 30 irá realizar-se um sorteio para atribuição dos vários lugares na feira.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Relativamente à questão colocada, sobre quem é responsável pelo pagamento da eletricidade nos condomínios privados, não foi aprofundada essa pesquisa, mas em breve trará aqui informação sobre essa situação.-----

Quanto à questão da licença de utilização da Av.ª Infante Sagres, para despacho não lhe passou pelas mãos e se ela alguma vez foi solicitada, irá averiguar da situação.-----

Relativamente aos atrasos nos processos de urbanismo, este Executivo está a fazer um grande esforço de redefinição de circuitos e de estruturas, para dar resposta pela equipa de análise de processos e em breve começar-se-á a ver os proveitos deste investimento nas pessoas que estão a trabalhar no Departamento.-----

Relativamente ao PP1 de Almancil, existe alguma desadequação daquele plano, mas no momento em que estamos em pleno processo de Revisão do PDM, não parecem muito assertivos. As correções que terão que ser feitas no âmbito do Plano de Pormenor 1 de Almancil, serão ajustadas em sede de revisão do PDM, na medida do possível, aproveitando todas as potencialidades que este Plano tem. Acrescentou que é do conhecimento público, a construção de um Pavilhão Multiusos para Almancil, na zona do PP1 de Almancil.-----

De seguida tomou a palavra o senhor **Vereador Carlos Carmo**, que nomeadamente a questão relacionada com o Aterro, que na pessoa do senhor Rogério Rochinha, que abordou o assunto, dizer que a atitude deste Executivo não é passiva e que após o triste incidente, o crime ambiental que aconteceu, o qual motivou uma Reunião Extraordinária, marcada quase em 48 horas por iniciativa do senhor Presidente da Câmara. O nosso papel é de fiscalização e a Comissão de Acompanhamento do funcionamento do Aterro.-----

Sobre a questão dos lixiviados, a ALGAR em ofício diz que está autorizada pelas Águas do Algarve a descarregar 20 m<sup>3</sup> por dia de segunda a sexta na Estação Elevatória da Foz do Almargem e voltaram a ser pedidas explicações à ALGAR, estamos a aguardar resposta.-----

Posteriormente usou da palavra a senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, para responder à munícipe Paula, esclarecendo que quanto aos vencimentos são estabelecidos por Orçamento de Estado e que fica surpreendida por existirem trabalhadores que desde 2007, 2008 estarem numa situação de terem uma determinada categoria e o vencimento não estar de acordo com a mesma, situação essa que irá ser verificada e posteriormente dada resposta. Quanto às avaliações recebidas e aos pontos atribuídos, os mesmos decorrem da Lei, não é a Câmara Municipal que os atribui e está previsto um "descongelamento de



AR

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

carreiras" no período de 2011 a 2017, sugerindo que entrem em contacto com a DGPPQ, e os processos serão analisados para serem revistos e serão respondidas no devido momento.-----

Em seguida para responder às questões colocadas, interveio o senhor **Vereador Abílio Sousa**, e começou por reforçar o empenho que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil tem com a preocupação de reivindicar as obras para a sua freguesia e que tem feito esse papel na íntegra muito bem.-----

Disse ainda que a estrada de S.João da Venda não é da competência da Câmara Municipal de Loulé mas sim da IP.-----

Quanto à questão da vedação em redor da rotunda do poço do Rotary, está em análise, o nosso Presidente prometeu e vai cumprir e a alteração vai ser feita em devido momento.-----

Em relação ao cidadão Tiago Grosso, disse serem as suas preocupações legítimas, estão para iniciar a qualquer momento as obras da 2ª fase da requalificação do Parque Municipal, está-se a aguardar o visto do Tribunal de Contas, que é uma obra de 1 milhão e 200 mil euros e assim que tivermos o visto vai-se avançar.-----

Em relação ao munícipe Nelson Contreiras, este Executivo desde sempre tem tido preocupação com Almancil e existe um projeto que está em fase final, para a prática de várias modalidades em Almancil, que é um Complexo Desportivo Multiusos, que será a seu tempo apresentado a toda a população.-----

Quanto à intervenção do cidadão Michael Ferrada, sobre a estrada que vai para Vale do Lobo, a obra está a decorrer dentro dos prazos normais que foi programada.-----

Para responder a algumas questões e acentuar alguns aspetos do que foi dito, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, e que em primeiro lugar dirigiu-se ao numeroso grupo de funcionárias das escolas, referindo que a questão colocada é bastante sensível e todos são unânimes que o valor do trabalho pago em Portugal às pessoas que trabalham na função pública, quando comparado com a esmagadora maioria dos países na Europa é indecente! mas é irrealista pensarmos que de um momento para o outro, alguns rendimentos têm sido repostos, mas grandes mudanças no valor dos salários pagos aos funcionários públicos não têm as Câmaras possibilidade de mudar a situação, mas que politicamente iria fazer todos os esforços para tentar mudar essa situação.-----

Em relação à avaliação, explicou que o facto de trabalharem há mais anos, não significa que será mais remunerado e quanto à justiça da avaliação não é na Câmara que a avaliação é feita, são os dirigentes e as escolas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Elogiou o trabalho da funcionária Magda Costa, que confeciona cerca de 450 refeições por dia, dá muito trabalho, mas que é elogiado pelos pais das crianças que fazem comentários à Câmara a elogiar o trabalho destas funcionárias.-----

As refeições nas escolas desde que passou de um serviço privado para a responsabilidade das escolas, as coisas melhoraram muito.-----

Nomeadamente em relação ao estacionamento abusivo duma rent-a-car em Vilamoura, aparentemente parece que na via pública o estacionamento é livre, não se pode demarcar na via pública lugares para os moradores do prédio em frente ou do outro lado da rua, não pode ser feito nada relativamente a isso. O que podemos fazer é abordar a rent-a-car na medida dos possíveis, procure não ocupar o espaço para não prejudicar os moradores.-----

Teceu ainda alguns considerandos quanto à questão da ALGAR e que a autarquia tem a responsabilidade de cuidar da saúde de todos nós, porque aquilo que foi feito na Ribeira do Vascão é um atentado contra a saúde das pessoas serranas.---

Respondeu à questão do cidadão Michael Ferrada, sobre a questão da ciclovia, foi investido muito dinheiro e neste momento não é uma das questões prioritárias deste Executivo.-----

Abordou também a questão da zona das traseiras do Hotel Conrad, onde a Câmara já fez limpezas naquele local no sentido de melhorar a imagem.-----

Respondendo ao cidadão Helder Contreiras, disse que Almancil, é a freguesia que ultimamente tem recebido investimento público deste executivo e do anterior assim como do setor privado, e a igreja de Almancil recentemente construída é o exemplo disso, assim como o Quartel da GNR em construção.-----

### 2-Aprovação de Atas;-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, referiu existirem 2 Atas para aprovação.

Relembrou ainda que apenas votam os senhores deputados que estiveram presentes nas respetivas sessões.-----

**A Ata nº1/2018 (Sessão Extraordinária de 9 Fevereiro) foi aprovada por unanimidade.**-----

**A Ata nº2/2018 (Sessão Ordinária de 23 Fevereiro) foi aprovada por unanimidade.**-----

### 3-Informação sobre expediente recebido;-----

Neste ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu nota dos requerimentos entrados nesta Assembleia, e que aguardam resposta por parte do Executivo, nomeadamente um requerimento por parte do Grupo Municipal do PSD,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

formulado na sessão de 15 de Dezembro sobre o estacionamento em Vilamoura, um requerimento do senhor deputado Carlos Martins, sobre empresas municipais, que foi já respondido e dado conhecimento ao senhor deputado e 2 requerimentos formulados pelo Presidente da Assembleia Municipal e que ainda não obtiveram resposta, um sobre o estado de conservação da EN 270 e outro requerimento sobre os serviços da Câmara Municipal de Saneamento que infringem a postura municipal que obriga a fechar os contentores.-----

Um outro requerimento do munícipe Armando Calião, sobre o Plano de Pormenor Loulé-Sul, apresentado na sessão ordinária da AM de 23.02.18 e um outro do munícipe Rui Penha Pereira, sobre ilegalidades ocorridas na zona da Volta das Laranjeiras.-----

Entrou-se no ponto seguinte;-----

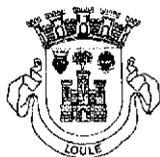
### 4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Neste período pediu a palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, informando todos os presentes do falecimento do conjugue de um dos membros desta Assembleia Municipal, João Guerreiro da Conceição e nesse sentido propôs um Voto de Pesar e 1 minuto de silêncio.-----

Procedeu-se de imediato ao 1 minuto de silêncio.-----

Em seguida foi cedida a palavra à senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que disse querer defender a honra relativamente a um conteúdo de um post colocado no facebook pelo senhor Deputado Carlos Martins, em 26/02/18, sobre o ocorrido numa sessão em 23/02/18.-----

O texto é o seguinte: "As afirmações que proferi relativas à Proposta de Recomendação apresentada pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda, sobre a Criação do Provedor Municipal, estão bem expressas na Ata da Sessão que acabamos de aprovar, é a Ata n.º 2 e constante na página 13 dessa mesma Ata, e mereceram ainda diferentes intervenções que figuram nas páginas 13 e 14 da Ata. O que questioneei, não foi a utilidade do Provedor Municipal, apenas a forma e o conteúdo do texto do ponto 1 e da ausência de indicação das competências de Comissão eventual, proposta, para além de promover a criação, como aliás é exigido estas competências no ponto 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal, que diz exatamente que a proposta de uma Comissão Eventual, deve definir na mesma oportunidade as respetivas competências, composição e duração do mandato, não estando expressas estas competências específicas da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Comissão. Elas vão recair naturalmente nas competências gerais da Assembleia Municipal e para isso não é preciso criar uma Comissão.-----

A minha intervenção e o meu voto, que assumi, como um exercício de liberdade, e consciente no espaço da democracia.-----

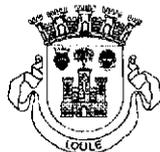
O senhor Carlos Martins, que não esteve presente na reunião, logo não ouviu nem leu, e, ou foi mal informado ou inventou! Atrás do teclado do seu computador, pensou que era o melhor, resolveu deitar "ácido" sobre as palavras que ia escrevendo e publicou no facebook. Foi claramente ofensivo, tanto a nível pessoal, como enquanto deputada municipal.-----

Segundo o texto que ele escreveu (que eu tenho comigo) começa por colocar uma insinuação sobre a minha competência profissional como professora. Acontece que o senhor Carlos Martins, não sabe nada da minha competência, pois nunca trabalhou comigo, não foi meu colega de curso, nem foi meu aluno. Não sabe mesmo nada sobre a minha carreira, e essa é uma área que não tem nenhuma legitimidade para invocar, aliás, quem pertence com elevação a uma entidade como esta, sabe que se trata de uma área do foro pessoal, que não deve ser objeto de insinuações. A nossa carreira faz parte de nós próprios (vou seguindo os pontos que estão no post do facebook).-----

Colocar em dúvida a aceitação de integrar a Lista do PS à Assembleia Municipal, para além de ser uma questão pessoal, é também uma questão que apenas ao partido diz respeito e com a qual ele não tem nada a ver! Assim como não se questiona a presença de deputados nas diferentes bancadas e a permanência prolongada de alguns na Assembleia, incluindo o próprio senhor Carlos Martins.---

Neste campo é a democracia a funcionar com a apresentação ao eleitorado dos diferentes candidatos aos distintos órgãos autárquicos.-----

Finalmente argumentar com incoerência e senilidade é de enorme arrogância e indelicadeza. É do conhecimento de todos o trabalho, (que por acaso está aqui hoje presente o 2.º volume) que tenho vindo a produzir sem outras fontes inspiradoras, porque é o único a nível nacional, portanto não fui copiar a lado nenhum o que coloco ao serviço, gratuitamente da comunidade e do concelho de Loulé, ser capaz de elaborar só com uma pessoa, um trabalho deste tipo com a profundidade e qualidade que tem sido reconhecida por diferentes identidades, nomeadamente docentes, a comunidade académica da Universidade do Algarve e de outras universidades que me têm expressamente escrito, é um indicador claro que ainda não estou no patamar da senilidade, embora essa adjetivação possa ser muito subjetiva e pode até atingir pessoas com idade inferior à minha. Quanto à incoerência ou coerência, penso que estamos perante um exemplo ilustrativo do que é ser incoerente, pois o senhor Carlos Martins que lembrou e bem, a necessidade de instituição do Provedor do Município, vem ele próprio a público,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pôr em causa, a nível pessoal, profissional e como deputada, uma pessoa que pertence à entidade, que deve aprovar o Regulamento e eleger o cidadão que vai desempenhar a função de Provedor do Município. O seu comentário no facebook, segundo a linguagem moderna um verdadeiro bullying social, é revelador de uma incomensurável distancia entre o que escreveu e o discurso, sobre o que deve ser feito, o que se agrava por estar automaticamente incluído na Comissão que propõe que seja criada. Por tudo isto que eu disse, fico a aguardar que o senhor Carlos Martins se retrate publicamente do seu lamentável ato, como outros cidadãos que já tiveram a hombridade de vir aqui a este espaço pedir desculpa. Tenho dito!"-----

Em seguida foi concedida da palavra à senhora **Deputada Margarida Correia (Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim)**, começou por referir que não é seu hábito vir a esta Assembleia reivindicar atividades da freguesia à qual preside, mas vê-se obrigada a tal, porque desde que ocupa este cargo, e já lá vão mais de 4 anos, apresentando as suas legítimas preocupações e como tal vem hoje aqui apresentar aquilo que tem para dizer. A questão é que há mais de 4 anos se lamenta com a falta de pessoal na Junta de Freguesia, para efetuar todas as tarefas que foram assumidas com funcionários do município ao longo dos anos, situação tem vindo a piorar. Gostaria de saber como pode assumir como Presidente de uma Junta de Freguesia, competências que são do município e a limpeza do espaço público é um bom exemplo disso. A sua freguesia tem a gestão de 3 cemitérios, 11 espaços de sanitários públicos, espaços verdes e das escolas e para todos estes serviços a União de Freguesias conta apenas com 4 funcionários da Câmara Municipal de Loulé e neste momento a situação está caótica.-----

Apelou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, e tendo em conta algumas medidas tomadas avulso para algumas freguesias do Concelho, que seja resolvida esta questão.-----

Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para esclarecer a senhora Deputada Helena Baptista, que a sua atividade fora da Assembleia Municipal não tem que ser misturada com a Atividade Municipal.-----  
Em relação aquilo que afirmou, não lhe conhece competências na Educação, mas conhece-a muito bem noutras atividades que não são da Educação e aí abstem-se de comentar. Reafirmou que aquilo que escreveu, e que estranhava que uma educadora, dissesse que não sabia para que era o Provedor e para que era a Comissão e afirma que está bastante explícito para que serve a Comissão e qual a finalidade do cargo e qual a intenção da proposta, que aliás foi enviada com muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tempo de antecedência para os líderes das Bancadas, para que pudessem alterar e engrandecer a proposta. Disse ainda não ter que pedir desculpas à senhora Deputada, uma vez que não a ofendeu, apenas disse que realmente estranhava o facto de não ter compreendido o texto e não ter votado a favor, o que não votou e não tem que pedir desculpas daquilo que faz fora da sua atividade de membro da Assembleia Municipal. Como membro da Assembleia Municipal, responde politicamente aqui e aquilo que faz lá fora responde como pessoa.-----

Depois o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que os pedidos de esclarecimentos feitos aqui nesta Assembleia Municipal, não obtêm resposta e preocupa-o a insensibilidade por parte do Executivo às preocupações dos nossos concidadãos que aqui têm manifestado ao longo destas ultimas sessões. Nunca os comerciantes e artesãos foram excluídos do Calçada, no anterior Executivo e o PSD pensa que deveria haver alguma condescendência, para que fosse dado um prazo de concedência pelo período de um ano, para que as pessoas possam se adaptar a outro sitio e regular as suas vidas.-----

O dinheiro que o Executivo tem em saldo dos contribuintes, deveria ser investido na criação de infraestruturas, em Lares, Creches, Redes Viárias, Equipamentos Desportivos que têm que ser realizados.-----

Seguidamente o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, teceu algumas considerações sobre o Relatório da Atividade Municipal, nomeadamente a dinâmica que se verifica no Município, embora com muito ainda por fazer, as situações vão-se resolvendo.-----

Interveio depois o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que disse ter testemunhado a entrega de cada autarca do PS, na procura das soluções para os problemas de cada munícipe do nosso concelho. Lamenta as palavras do senhor Deputado Mário Botelho, de insensibilidade, porque os membros do PS não são insensíveis para com os seus munícipes. Congratulou-se com a iniciativa do Executivo, pela elaboração da Comissão do Conselho Municipal da Juventude.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, questionou o Executivo sobre em que ponto se encontram as obras do BAL (Base de Apoio Logístico) e se já foi feito o concurso para a 2ª fase da Requalificação Urbanística da Zona Costeira Poente Quarteira/Vilamoura - Passeio das Dunas, se já existe a calendarização para essa obra.-----

Em seguida o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, disse ter pedido a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

palavra para cumprir um dever, de relatar o que se passou na reunião do Executivo da Fundação António Aleixo, fazendo parte dessa Instituição, e por isso em traços gerais iria relatar a sua atividade no ano de 2017. A Instituição obteve um lucro de 76.470 €, tendo sofrido um acréscimo relativamente ao ano passado de 64.153€, o que prova que tem sido obra de uma boa gestão e que estão a otimizar a racionalização de todos os recursos existentes e um bem haja a todos os trabalhadores que trabalham naquela Instituição.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que queria falar sobre a questão dos requerimentos que são feitos na Assembleia Municipal dirigidos ao Executivo Municipal, e falando concretamente sobre o requerimento que fez sobre as nomeações nas Empresas Municipais, ao qual tinha recebido resposta da CML no dia anterior, e que ainda não tinha tido a oportunidade de ler, para tirar elações sobre as respostas, mas regista, que apesar de tardiamente, a Câmara Municipal respondeu ao seu requerimento.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que no âmbito do Regimento, deveria ser aumentado o tempo disponível para o público, pois há pessoas que têm efetivamente muitas perguntas, e que devia ser aumentado o tempo, para que o público, que tem tanta dificuldade em manifestar as suas opiniões, as suas súplicas, os seus pedidos, e que deviam ter mais tempo, e que deveria haver periodicamente uma Sessão da Assembleia, virada exclusivamente para o público, com todo o tempo disponível para o público, para nós e a Câmara Municipal, ouvirmos o público e tentarmos resolver os problemas das pessoas, porque no seu entender, o Poder Local se funcionalizou, deixou de haver Governo Local, porque cada vez há mais Governo Central, que manda nas Autarquias, e há um cerco às decisões que muitas vezes podem beneficiar as populações, e este caso dos funcionários é paradigmático, porque como é que é possível que um Governo Local, com uma boa e estável situação financeira, tenha dificuldades em contrariar a legislação do Poder Central, para resolver problemas destes, como é que isto é possível? Como é que nós não somos capazes, de criar poder entre nós, Câmara Municipal, AMAL, Deputados, para resolver problemas destes? É preciso reverter esta situação, porque ninguém vive hoje com 400€/mês, com famílias, e o Poder Local não pode estar alheio a isto, com milhões em cofre, com saldos positivos por todo o lado, mas será que para as populações esses saldos têm significado, para as pessoas que têm dificuldades? Este é o seu pensamento reflexivo, relativamente a este ponto e a esta situação em concreto que o tocou, e sensibilizou muito, não indo sequer a outros de igual



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

importância, pelo que, considera que o Poder Local, tem a obrigação de resolver isto, como? Não sabe, mas deverá haver uma forma.-----

-----  
Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que felizmente a Fundação António Aleixo tem bons resultados, porque os Tribunais estão a empurrar para as Fundações, Associações e IPS's, os donativos das coimas e multas que aplicam às pessoas que são condenadas, em vez de as oferecerem ao Estado, de outra maneira, não haveriam saldos positivos, e elogiou e reconheceu que no presente, há um membro muito ativo no Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo e pedindo autorização ao Senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), disse que iria transmitir ao Conselho de Administração os elogios e comentários feitos pelo Deputado do PSD.-----

-----  
Pedi de novo a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que queria ainda falar de um assunto que interessa muito a todos que era o assunto do Aterro Sanitário, porque esta questão está a ser prejudicial para o Concelho de Loulé, e não foi com essa intenção que ele foi feito e projetado, a ETAL (Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas), se não funciona, o Aterro tem que ser encerrado, porque aquela gestão é danosa, e aquelas pessoas têm que ser acusadas, de gestão danosa do interesse público ambiental.-----

-----  
Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que quis complementar com a sua experiência e conhecimento, de algumas situações que foram faladas, para que a Assembleia, os Senhores Deputados Municipais, e todos nós, possamos tomar decisões com mais consciência. Começou a sua intervenção, concordando com o que foi dito pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), e que o escândalo é tão grande, porque quem paga estas funcionárias é a Câmara Municipal, mas quem gere as funcionárias é o Ministério da Educação, e na fase em que nós nos encontramos, com a vontade que o Governo Central tem de passar competências para as Autarquias, está na altura das Autarquias fazerem um Movimento, para com toda a justiça, passarem a fazer a gestão das funcionárias, é uma questão política, esta nem sequer é uma questão financeira, até porque a Câmara Municipal tem dinheiro, as funcionárias são da Câmara, é uma questão da Câmara se manifestar junto do Ministério da Educação, que quer gerir os funcionários/as a tempo inteiro, é para isso que nós aqui estamos. O segundo ponto que quis comentar, do Hotel Conrad e da questão daquelas habitações que estão ocupadas nas traseiras do Hotel, disse que o Hotel Conrad foi aprovado com 1 PIN +, e foi talvez a única vez, ou das poucas vezes, que viu no Jornal Expresso, o Presidente da Câmara de Loulé, ser enaltecido pelo

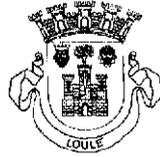


A

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Jornalista Miguel Sousa Tavares, pelo Presidente da CML se ter oposto àquele PIN, porque na altura, enquanto Presidente, opôs-se aquele PIN, e na altura, o Ministro Manuel Pinho, pediu uma reunião, e foi de propósito a Lisboa, em que ele lhe disse, então a Câmara de Loulé e o seu Presidente, não querem um Hotel daquela natureza no seu Concelho? ao que respondeu, que o problema não era esse, mas sim as contra-partidas para o investimento local é que não foram discutidas, e foi daí, que a CML conseguiu que o Hotel Conrad se compromettesse com a construção das 4 faixas que vão da Quinta do Lago até Vale do Lobo, e referiu que não sabe se atualmente o Executivo da CML tem feito força sobre esta matéria, porque está escrito e havia esse compromisso, e havia ainda outras contrapartidas que haviam sido negociadas, que o Hotel Conrad aceitou, e que deverão estar concluídas, e quanto às habitações que lá existem nas traseiras do Hotel, esse problema já vem desde essa altura, e na altura o proprietário foi contactado, e aqueles armazéns que lá se encontram, foram cedidos temporariamente pelo proprietário para os trabalhadores que estavam na construção civil, apenas para lá ficarem durante algum tempo, só que nunca mais ninguém os tirou de lá, como tal, este problema tem que ser resolvido, entre a CML e o proprietário, que na altura punha como exigência, que a Câmara Municipal aprovasse a possibilidade de construção naquela zona, o que não era possível, porque se trata de uma área florestal, e é por isso que aquela situação está assim neste momento, mas no seu entender deverá ser possível encontrar uma solução para resolver o problema e a Câmara Municipal, porque com o orçamento que tem, e o dinheiro que tem para a habitação social, seria de facto um bom investimento, fazer em Almancil, habitação social para estas pessoas e para outras mais desfavorecidas. Quis também deixar uma mensagem aos cidadãos que vêm às Sessões da Assembleia, fazerem-se ouvir, e que obviamente que o Executivo não conseguirá resolver os problemas todos, mas o Executivo ganha muito em ouvir as pessoas, porque há muitos assuntos, que, quando estamos no poder, nos são transmitidos de uma forma que não é verdadeira e real, e ou vamos para o terreno e conseguimos estar próximos, ou então muitas das vezes não conseguimos saber a verdade, pelo que, saudou todos os cidadãos, munícipes, que tiveram a coragem de virem a esta Sessão e a outras, expor os seus problemas.--

-----  
Pedi ainda a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que voltou a falar do mau funcionamento do Aterro Sanitário da Cortelha, e que algumas pessoas dizem até que nunca funcionou bem, pois o historial daquela instalação demonstra que ao longo destes anos, já foram cometidos dezenas de crimes ambientais, dos mais recentes, foi o incêndio que lá deflagrou o ano passado, que podia ter tido consequências demasiado dramáticas, há 4/5 anos também com as chuvas houve



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um transbordo de resíduos para as ribeiras, e que ninguém fez caso, e recentemente ele próprio havia feito uma participação crime à DSEPNA, tendo ido à GNR, e que espera ter obter resposta a essa participação, no entanto informou de igual modo a CML que tomou de imediato medidas, mas a resposta da ALGAR a informar que tem uma autorização de uma Empresa Pública, que é as Águas do Algarve, 100% Pública, dizendo que a ALGAR pode descarregar lixiviados não tratados, à média de 20 m3 por dia, no sistema de coletores na Rede de Saneamento, é na realidade outro crime, porque uma Empresa Privada que numa expectativa de lucro, tente arranjar artimanhas é uma coisa, mas que a Empresa Pública, Águas do Algarve, entrar e aceitar estas negociatas é que é mau, e outra questão, prende-se com a AMAL, que no meio disto tudo o que é que diz e faz a AMAL? Pouco, os Municípios têm 44% desta Empresa, qual é a posição nas Assembleia Gerais, perante o Sócio maioritário? O Bloco de Esquerda gostaria de saber, e este assunto com certeza que voltará à Assembleia Municipal, porque a ALGAR à revelia de todos, está a construir o alargamento da sua capacidade de receção de resíduos, e não dá satisfações a ninguém, as obras estão acabadas, e o Pedido de Interesse Público Municipal, ainda nem sequer foi aprovado, como tal, que conclusões se podem tirar disto tudo? É que o Poder Local, não tem força perante, a ALGAR, porque nunca deve ter sido reconhecido o tal Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal, porque não existe nenhum interesse para nós, só se houver a nível nacional ou regional.-----

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, e referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Seruca Emídio, disse que o Executivo, nem ninguém, conseguirá falar com o Hotel Conrad, quanto muito falar com o Fundo que detém o Hotel, e atualmente, não se faz a mínima ideia de quem é o proprietário.-----

Para responder a algumas questões colocadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que começou por responder à Senhora Presidente da União de Freguesias, Margarida Correia, dizendo que se queixa da falta de pessoal, e que a CML e todas as Freguesias que administra, também têm um grave problema de falta de pessoal, pois tem sido difícil contratar mais pessoas, até porque essa autorização que agora permite a contratação só foi dada pelo Orçamento de Estado para o ano de 2017, e que no seu entender este problema vai sendo resolvido, porque o Mapa de Pessoal prevê mais pessoas para o desempenho destas funções de limpeza, e que enquanto não ficasse clarificada esta relação entre delegações de competências da Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia, que está em vias de ser revista, e que a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

União de Freguesias ponderasse, a Junta assumir estas despesas, porque a Junta tem orçamento para isso, porque as Juntas já não são o parente pobre da Administração Local, porque já recebem verbas significativas da parte da Administração Central e da Câmara Municipal de Loulé, contudo, referiu que logo que possível se iria reunir com a Senhora Presidente Margarida Correia, para falarem deste assunto.-----

Referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), disse que a BAL está a continuar, neste momento estão a ser feitas as obras de caixilharia, porque é uma obra importantíssima para Quarteira, trata-se de uma obra regional, de importância nacional, porque ali vão ficar alojados um destacamento de cerca de 30 militares, da GNR, chamados de GIPS, que são Guardas especializados, para combate a incêndios, a catástrofes, a situações muito específicas de catástrofe ambiental, e Quarteira vai ganhar muito com este equipamento. Quanto ao Passeio das Dunas, o projeto está concluído, está revisto, e muito em breve vai ser aberto Concurso Público, para a 2ª fase do Passeio das Dunas.-----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), disse que este Executivo Municipal, para além de receber os cidadãos e para além destes momentos em que os cidadãos vêm às Sessões da Assembleia Municipal, e nos interrogam, também todas as Reuniões de Câmara são abertas ao público, e esta última é uma novidade deste Executivo, porque antes, havia apenas uma Reunião de Câmara pública, por mês, e o público sabe que às 4ªs feiras podem lá ir e pedir a palavra, falar dos problemas que os preocupam, ou pedir um atendimento mais específico, ao Presidente da CML ou aos Vereadores.-----

Sobre a questão do Aterro Sanitário, disse que não ia falar, porque o assunto ainda ia ter muitos desenvolvimentos, e como tal haveria oportunidade mais para a frente, noutras Reuniões de falar sobre o assunto.-----

De seguida pediu a palavra o senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que houve sempre com atenção as intervenções do Senhor Presidente da CML, mas quando vê que o Senhor Presidente da CML responde às questões dos munícipes ou da parte dos Senhores Deputados, disse que o faz, aproveitando sempre o momento para fazer campanha política de fora expressiva, no entanto, as inverdades é que não devem ser ditas, porque podem parecer que se tornam verdades, quando não o são, porque quando o Senhor Presidente da Câmara refere que a culpa de tudo é do Governo anterior (PSD) ou do Executivo anterior (PSD), esquece-se de mencionar que quem originou o período de austeridade no País, foi o Governo anterior ao de Passos Coelho, ou seja, ao Governo do PS, falando de Armando Vara, José Sócrates, Manuel Pinho, e outros, que hoje estão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

na Barra dos Tribunais pelo desfalque que fizeram ao País, ou seja, quem levou o nosso País à Banca Rota, e conseqüentemente a medidas austeras, e como tal, uma inverdade dita muitas vezes, não se vai tornar numa verdade por muito que o Senhor Presidente da Câmara Municipal queira, pois sabe que custa muito ao Partido Socialista ter que engolir isto, mas o facto é que a história fala por si, e quem levou o País às duas últimas Bancas Rotas, foi o Partido Socialista, pelo que, devem assumir a culpa dos problemas que originaram ao País, e não culpem os que tiveram de arranjar soluções para resolver os problemas, soluções difíceis de tomar, difíceis de aceitar, mas que salvaram Portugal da Banca Rota, e o Memorando da TROIKA fala por si.-----

-----  
Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia, disse que este ponto da Ordem de Trabalhos tinha que ser concluído porque o Período da Ordem do Dia tinha matérias que tinham que ser aprovadas nesta Sessão, e que era extenso, e haviam ainda duas Moções que tinham sido enviadas pelo Grupo Municipal do PSD, uma que se trata de uma Moção de Censura, e outra Moção sobre o Estado da Saúde no Município, e sobre essa matéria, e após ouvir os Membros da Comissão Permanente, que se reuniu hoje antes desta Sessão, com os representantes dos Grupos Municipais e da Mesa, e após comunicar que estas Moções haviam sido enviadas pelo Grupo Municipal do PSD, no dia 25 de Abril, uma por volta das 16horas e outra entre as 23horas e as 24horas, e que, de acordo com as regras definidas no Regimento e de acordo com o que a Lei determina, estas Moções não cumpriram o tempo de 2 dias úteis, para serem incluídas na Ordem de Trabalhos, e como tal, tendo em conta esta questão formal, foi decidido que estas não seriam consideradas nesta Ordem de Trabalhos, não obstante, e uma vez que o nosso Regimento tem um tratamento especial para as Moções de Censura, e obriga a que depois de ser recebida a Moção de Censura, ela seja agendada para discussão e deliberação, num prazo de 45 dias, e ouvido o Grupo Municipal do PSD, o proponente destas Moções, propôs-se que esta Moção de Censura fosse agendada para a próxima Sessão da Assembleia Municipal, e como haverá uma Sessão em Maio, ficou desde já agendada para a Ordem de Trabalhos dessa Sessão, quanto à Moção sobre o Estado da Saúde, o Grupo Municipal do PSD, invocou a situação de atualidade e urgência, não obstante, e apesar de no seu ponto de vista, considerar que este assunto é um assunto importante e central nas nossas vidas, referiu que esta Moção poderia ter dado entrada em devido tempo, contudo, quem se deve pronunciar é a Assembleia, e como tal coloca à consideração dos Senhores Deputados a sua inclusão, ou não, na Ordem de Trabalhos desta Sessão, chamando a atenção que, para ser incluída na Ordem de Trabalhos, precisa de ter pelo menos a aprovação de 2/3 dos Membros da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Assembleia.-----

Pediu a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que o Grupo Municipal do PS, não tem objeção nenhuma em incluir esta Moção sobre o Estado da Saúde nesta Sessão, mas como consideram que este assunto é deveras muito importante, e que não deve ser discutido à pressa, propôs ao Grupo Municipal do PSD, que se agendasse na próxima Sessão da Assembleia Municipal, um ponto específico para análise e debate deste assunto.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que já era sua intenção de agendar este assunto para uma próxima Sessão, contudo, concedeu a palavra aos proponentes desta Moção para que se pronunciassem.-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que o Regimento fala em dias de calendários, não em dias úteis, e como tal a Moção foi enviada no dia 25 de Abril às 16 horas e fora consideradas 48 horas até às 17 horas do dia 27 de Abril, hora de fecho do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, mas apesar disso, o Grupo Municipal do PSD não colocou nenhuma objeção a que esta Moção não desse entrada na Ordem de Trabalhos desta Sessão, mas mostraram o seu interesse a que esta Moção entrasse na discussão desta Sessão por se tratar de um assunto urgente e de muita importância, e até porque este assunto é um assunto muito querido por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, até porque há cerca de 2 anos atrás, colocou-se numa secretária à porta do Centro de Saúde de Loulé, sendo igualmente um assunto e uma questão querida do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e de todos os munícipes, que não vêm os seus problemas na área da saúde resolvidos, pelo que, o Grupo Municipal do PSD não vê motivo nenhum, nem nenhuma razão, para que este assunto não seja discutido nesta Sessão, porque é um assunto transversal a todos os Partidos Políticos, e é um problema que afeta todos os cidadãos do Algarve, e que já se arrasta há demasiado tempo, e com toda a frontalidade disse que este assunto deveria ser discutido o quanto antes, mantendo a posição de que, este assunto não devia ser adiado, por se tratar de uma Moção de urgência e de atualidade.-----

Também pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o problema do Estado da Saúde, é um problema muito sério, e que o que se passa no Algarve também, e que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda não se opõe a que esta Moção seja discutida nesta Sessão, mas no seu entender, esta Moção deveria ser discutida talvez noutra Sessão, daqui a 15 dias, porque não perde a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

atualidade e urgência, e para que esta Moção fosse aprovada nesta Sessão, teria de ser reformulada, porque não se pode passar uma esponja sobre o porquê de termos chegado a esta situação, e como tal, concordando com a proposta do Senhor Deputado Fernando Santos (PS), este assunto deveria ser considerado como um ponto da Ordem do Dia, numa próxima Sessão, ser discutido e debatido, e que no âmbito da Assembleia Municipal, possa sair uma proposta unânime, para ser submetida ao Ministério da Saúde, igualmente com o apoio da Câmara Municipal, para que tenha mais peso.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou a votação a inclusão desta Moção do PSD na Ordem de Trabalhos desta Sessão, e como não obteve a concordância por parte de todos os Senhores Deputados Municipais, referiu que todas as considerações que foram feitas sobre esta Moção iriam ser analisadas na próxima Reunião da Comissão Permanente, e será vista a forma de ser discutido este assunto, tal como a Moção de Censura apresentada igualmente apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, para que sejam discutidas na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

Voltou a pedir a palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Bancada do PSD registou com clareza a falta de disponibilidade do PS, em discutir um assunto tão importante para o Município de Loulé, e para o Algarve, e realçou que o texto desta Moção, não há alusão a nenhum Partido Político, apenas constata na realidade o Estado da Saúde do Algarve, que preocupa tanto o nosso Município e os Algarvios em geral.-----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que esta Moção será alvo de discussão numa próxima Reunião da Comissão Permanente, e vista entre todos os membros, nomeadamente com o proponente, a modalidade de apresentação desta Moção ou deste tema, na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato ao ponto seguinte:-----

**5-Período da Ordem do Dia;**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----

-----  
Pedi a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, solicitando alguns esclarecimento sobre este Relatório, nomeadamente sobre a questão do Orçamento Participativo, leu que a Câmara Municipal iria duplicar a verba do OP, mas no seu entender isso não é verdade, porque como passa a ser bianual, logicamente que um valor de 600€ ano, passar para 1.200€ bianual, vai dar ao mesmo, 600€ ano, como tal não há aqui uma duplicação de dinheiro face às edições anteriores, por outro lado, também o processo de avaliação, seleção e votação das candidaturas, deveria ser alterado, porque o que tem acontecido nos últimos anos, é que praticamente ganham quase sempre os mesmos, era conveniente que o Regulamento fosse alterado para que esta situação não volte a acontecer. Outra referência que gostaria de ver neste Relatório, e que já constou, era vir no Relatório a atividade do Departamento de Planeamento e Urbanismo, que no seu entender é um dos mais importantes da Câmara Municipal, para se conseguir aferir a qualidade do Serviço, mas também a produtividade do Serviço. Quanto à Situação Financeira, referiu que o Município de Loulé continua bem de saúde, mas mais uma vez, solicitou ao senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, que já prometeu, mas que continua esquecido, de que, seria feita uma nova apresentação, mais completa e discriminada, com a situação dos pagamentos, fornecedores, obras e o seu ponto de situação, os saldos bancários, e que num próximo Relatório, essa promessa não falhasse.-----

-----  
Foi também concedida a palavra ao senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que realçou a questão do Município ter avançado com a Prevenção Primária, através dos rastreios no pessoal escolar, que é uma grande medida, assim como, as consultas de medicina dentária. Por outro lado, questionou o Executivo acerca da Coleção de Livros "zero desperdício" que está no 1.º ciclo, é oferecida a todos os estabelecimentos de ensino do Concelho, se já foi feito, já foi oferecido, está em curso ou está para ser? Relativamente à Informação Financeira, disse que efetivamente verificou que há uma pequena redução das receitas, sobretudo no que concerne aos impostos diretos, que terá a ver com as medidas adotadas, redução da taxa de IMI, e por outro lado porque o 1.º pagamento do IMI vai ser feito até ao final deste mês, e focou a redução no 1.º trimestre das receitas de IMT, cerca de 1 milhão de euros, e que isto talvez evidencie um pouco, o arrefecimento do mercado imobiliário, talvez derivado à falta de produto de

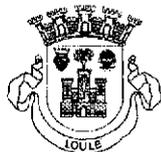


## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

qualidade e ao facto de haver menos transações, e espera-se que nos próximos 3 trimestres esta situação se altere, mas o que facto não nos podemos esquecer, é que os impostos diretos, são a verba essencial da nossa receita, que representam quase cerca de 70% da receita do nosso Concelho. Disse ainda que, também que constata um aumento do valor da aquisição de bens de capital, em quase 1 milhão de euros.-----

-----  
Usou também da palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que este Relatório é um documento bastante rico, onde se pode ter uma verdadeira noção daquilo que é a atividade municipal, e também tem uma novidade, que é o índice de transparência municipal, em que o nosso Concelho é um dos Concelhos com maior índice de transparência municipal, a nível nacional e a nível regional, e sobre o Dia Internacional dos Monumentos e dos Museus, seria de propor que o Executivo abrisse os Museus com entrada livre para os alunos do nosso Concelho, para que pudessem aceder à nossa cultura e à nossa identidade.-----

-----  
Não havendo mais intervenções por parte dos Senhores Deputados, sobre esta matéria, foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que começou por responder e clarificar algumas questões colocadas. Quanto ao Orçamento Participativo, disse que tinha na sua frente a Nota de Imprensa que foi distribuída aos órgãos da comunicação social, e que fazia questão de ler o seu conteúdo, dizendo que o Partido Social Democrata também fez uma Nota de Imprensa, a chamar os membros do Executivo de desonestos, e manipuladores, podem não ter dito exatamente estas palavras, mas a ideia que quiseram transmitir foi esta, pelo que, citou o conteúdo da referida Nota de Imprensa da CML *"Nesta quarta edição do Orçamento Participativo, o projeto assume um modelo que passará a ser bianual, onde a verba disponível para projetos de investimento, propostos por parte dos cidadãos e munícipes, duplica face às edições anteriores, passando os 600.000,00€ (seiscentos mil euros), para o valor de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros). Este montante faz do Orçamento Participativo do Município de Loulé, um dos maiores a nível nacional"*, afirmando que era verdade, e que compreende que o PSD se sinta incomodado, porque estiveram no Executivo durante 12 anos, e nunca fizeram isso, nunca tomaram a atitude de propor aos cidadãos, uma fatia do orçamento, que é grande, e que fica aos dispor dos cidadãos, de acordo com uma metodologia aprovada internacionalmente, e o que está escrito nesta Nota de Imprensa é que, como o OP se vai realizar de 2 em 2 anos, a verba duplica, preto no branco, e que a interpretação do PSD, foi feita com má-fé, porque é a única forma de a qualificar, dando como exemplo a Freguesia de Salir, que tinha o OP, suponhamos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a quantia de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) para 1 ano, agora em 2 anos passa a ter 100.000,00€ (cem mil euros).-----

De seguida foi dada a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para responder às questões de natureza financeira, começando por dizer que, relativamente aos impostos, nos primeiros meses, o Município de Loulé, tem tido uma situação que tem estado a recuperar, e que no dia anterior teve a informação de que o IMT arrecadado começa a aproximar-se dos montantes do ano anterior, e o mês de Abril vai ser um mês muito bom em termos de recuperação do IMT, ou seja a situação financeira do Município continua equilibrada, referindo também a aquisição de bens de capital, que tem um aumento substancial, ou seja, o investimento por parte da CML está a aumentar fortemente neste ano e que é assim que se pretende que continue, e que é para isso que servem saldos excepcionais orçamentais, para investir em obras e nas pessoas, e que traga mais qualidade de vida para todos. Sobre a matéria de informação disponível e os melhoramentos dessa informação, disse que já houve dois melhoramentos, um sob proposta do Senhor Deputado Fernando Santos (PS), que era a discriminação dos impostos, o segundo relativamente às Empresas Municipais, que apresentam uma estrutura quase similar, em termos de apresentação, daquilo que deve ser uma melhor e fácil leitura por parte de todos os Deputados Municipais, e de todos os cidadãos, em terceiro lugar, referiu que não está esquecido, a informação que será disponível, terá provavelmente uma abertura ainda maior, porque é esse o objetivo da Administração Pública, que seja transparente e forneça todos os dados que a população o entenda, e em quarto lugar, disse que essa informação, interligando com os saldos bancários disponíveis a prestação de contas, existe, documentos que não são obrigatórios para essa prestação de contas, e que foi disponibilizado, como por exemplo as contas da Associação de Municípios Loulé/Faro, que é o Parque das Cidades, que pela primeira vez está aqui neste documento.-----

Foi também concedida a palavra à **Senhora Vereadora Ana Machado**, que respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Calçada Correia (PS), disse que os Livros do Movimento Zero Desperdício, serão entregues no Colégio de Vilamoura, tal como estão a ser entregues em todos os estabelecimentos de ensino do nosso Concelho, começou-se a sua distribuição, apenas esta semana, com leitura, dramatização das histórias, e só foram entregues ainda a 3 Escolas, mas até ao final do ano letivo, sê-lo-ão a todas.-----

Seguidamente a **Senhora Vereadora Heloísa Madeira**, também usou da palavra,



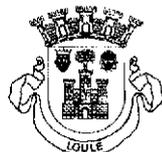
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esclarecendo o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), que a ausência da atividade do Departamento de Planeamento e Urbanismo, neste Relatório, é uma falha que tem que ser colmatada, mas que isso não quer dizer que este Departamento não esteja em plena atividade, pelo contrário, talvez até seja devido a isso, que não houve oportunidade para se incluir a sua informação neste Relatório, mas comprometeu-se que nos próximos Relatórios da Atividade Municipal, constará informação sobre a atividade deste Departamento.-----

-----  
Terminadas todas as informações sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia, deu continuidade aos trabalhos, passando ao ponto seguinte:-----

-----  
**b)- Proposta 15/2018- Deliberação relativa à Apreciação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e à Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 655-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----**

-----  
Para falar sobre esta proposta, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente Pedro Pimpão, dizendo que o iria fazer através de uma breve apresentação em PowerPoint de uma forma resumida, e que era importante haver sempre este tipo de apresentação de forma a simplificar a informação. Começou por dizer que o ano de 2017, fechou com um total de receita de 112 milhões de euros, quase 1113 milhões de euros, teve um decréscimo de 3%, e que há uma diminuição de 2016 para 2017 na receita de capital, e que tinha a ver com uma candidatura do POSEUR, entretanto executada, sobre uma rede de abastecimento de água e esgotos, relativamente às despesas pagas, tem um acréscimo de 12,2% e um total de 112 milhões de euros, em relação a 2016. Referiu que este decréscimo na receita, de 3%, é provocado pela redução da taxa de IMI de 0,38 para 0,30, indo para o seu patamar mínimo, ou seja, uma redução de IMI de cerca de 34 milhões para 27 milhões de euros de receita arrecadada para o Município de Loulé, e não tem um decréscimo maior porque é compensado pelo valor substancial do IMT, porque o IMT sobe de 29 milhões para cerca de 36 milhões de euros, havendo uma compensação de 7 milhões de euros. Relativamente à despesa, há um aumento, com o pessoal, com a aquisição de bens e com a prestação de serviços, de 2016 para 2017 há um acréscimo no investimento, que tem tido um crescimento expressivo. Quanto aos recursos humanos, foram reforçados, nomeadamente nas escolas, e apesar da CML continuar a contratar, essa contratação continua bastante abaixo do que se verificou nos anos de 2010 e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2011, pelo que fechámos o ano de 2017 com 1.536 funcionários, ao serviço da Autarquia. De seguida mostrou um gráfico, para se perceber que os recursos humanos estão com uma média de idade bastante elevada, ou seja a idade de aposentação atinge fundamentalmente os Assistentes Operacionais, e como tal, há essa dificuldade de contratação nas diversas áreas onde é necessário este tipo de funcionários, verificando-se até ao final do mandato, uma redução substancial das pessoas que se vão aposentar, como tal, este Executivo tem que estar atento, de que este tipo de funcionários, são fundamentais, para que não esteja em causa o funcionamento dos vários Serviços que a Câmara Municipal presta à população. Relativamente ao limite da dívida total, que o Município de Loulé poderia atingir em teoria, e que estamos substancialmente abaixo, podendo atingir um limite de dívida de 145 milhões de euros, e neste momento estamos com 31 milhões de euros, o que demonstra que a situação financeira da CML é uma situação saudável e que continua a ser cada vez mais, a partir do ano de 2013, começa-se a ver na dívida de curto/médio/longo prazo, a sua redução, e neste momento a dívida de médio/longo prazo é de cerca de 30 milhões de euros. Em relação às Grandes Opções do Plano, quis-se dar ênfase á questão do apoio direto às pessoas e às famílias, porque foi um dos objetivos do mandato anterior, e é um dos objetivos deste mandato, ou seja, continuar e consolidar estes apoios, como é exemplo disso os Manuais Escolares para todos, que foi alargada a gratuidade a partir deste ano, que vai ter já reflexos na Prestação de Contas de 2018, e que em 4 anos, este valor duplicou, em relação àquilo que foi o início desta política, trata-se de um investimento forte tal como o investimento nas refeições escolares. Quanto à demonstração de resultados, é na ótica empresarial, onde se fechou com um resultado líquido, e de um exercício positivo de 16,5 milhões de euros, continuando com um resultado bastante positivo, e referindo alguns indicadores, disse que era fundamental que o prazo médio de pagamentos do Município era extremamente importante, que seja um bom pagador, porque só assim nos podemos orgulhar desta Instituição e só assim as pessoas conseguem confiar na gestão feita de dinheiros públicos, e os níveis de endividamento que depois têm reflexos na questão da autonomia financeira, continuam a ter também resultados muito bons, onde a liquidez podia estar nos 100% e vai em 1011%, e como tal, nem vale a pena referir esta situação. Terminou dizendo que este foi o resumo das contas, e que os principais valores e itens, do que era fundamental, em termos de acompanhamento de execução orçamental e de contas municipais, se encontravam equilibrados.-----

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que sobre esta proposta quis deixar umas breves notas, começando por dizer que quando se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

olha para o nível de investimento, vê-se que é o maior desinvestimento de que há memória no Município de Loulé, ou seja, em 2011 o investimento representava 30,03% de toda a despesa, em 2017 representa 14,31% de toda a despesa, o que se traduz numa redução de 52,23%, isto revela um atraso e um retrocesso económico e social para o Município de Loulé, faltando no Município, saneamento básico, abastecimento de água, creches e lares, escolas, habitação para jovens e famílias carenciadas, contudo, não falta dinheiro! Pasmem-se, temos no balanço de 2017, 81 milhões de euros parados, perguntando ao Executivo, o que é que se terá passado? Com tantas carências que este Município tem, a todos estes níveis, e temos 81 milhões de euros parados?! Algo se passa, algo está errado, porque se houvesse falta de dinheiro, era compreensível, mas a conclusão que tira é que tal se deve por falta de engenho. Como tal, disse que não era por acaso, que o Município de Loulé tinha descido no ranking das cidades, quer a nível nacional, quer a nível regional, com indicadores que fundamentam esse resultado, nomeadamente na qualidade de vida, no investimento e no turismo, ficando atrás de cidades como, Portimão, Tavira e Faro, outrora, uma cidade e um Município, pujante, dinâmico, virado para o desenvolvimento, agora encontramos um Município, amorfo, com falta de investimento, sem racionalidade e sem engenho para aplicar o dinheiro dos impostos cobrados aos seus contribuintes, e que no seu entender, o Município está em total degradação relativamente ao investimento, e que as pessoas que votaram neste Executivo, não estavam à espera de tal coisa, assim, o Executivo falhou com este Município, o Presidente da Câmara falhou com os munícipes, com as empresas, e com o desenvolvimento económico e social do Município, pelo que, a Bancada do PSD considera que o Senhor Presidente Vitor Aleixo, talvez não esteja à altura do desafio que lhe caiu nas mãos em 2013, porque com tanto dinheiro no Banco, e com tão pouca obra feita, é o que daí se pode concluir, pelo que, deixam algumas sugestões, para que aproveitasse alguns favores que tem feito ao Governo Português, e se substituísse nos investimentos que o Governo tem que fazer no nosso Município em infraestruturas, porque relativamente ao combate à desertificação que tanto fala, vê-se que o Aterro Sanitário do Sotavento está cada vez mais a contaminar a saúde pública, e a afastar cada vez mais as populações de algumas zonas que teoricamente deveriam ser protegidas, também com o aumento das receitas correntes que aumentaram em 2017, na ordem dos 3,6 milhões de euros, comparativamente a 2013 aumentaram cerca de 21,47%, ou seja, foi aumentada a carga fiscal para os contribuintes, em suma, aumentou-se a receita por força da arrecadação de mais impostos, diminuiu-se o investimento, e por esta ordem de ideias, a Bancada do PSD não pode votar favoravelmente esta Prestação de Contas, porque não pode concordar com a estratégia desenvolvida por este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Executivo para o Município de Loulé, que bem reflete os níveis de investimento que têm sido feitos nestes últimos anos, pelo que, a Bancada do PSD se irá abster nesta votação.-----

-----

Também pediu a palavra o senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo se iria cingir ao Relatório de Gestão e àquilo que ele significa, que é um conjunto de políticas que estão e que foram colocadas em prática, referindo que a apresentação que o Senhor Vice-Presidente fez, é muito transparente e muito clara, e que este Relatório de Gestão, é o do 4.º ano de um mandato que iniciou um ciclo, que continua agora para um segundo mandato, e que tinha na sua génese, um programa eleitoral muito claro daquelas que eram as suas prioridades, em 2013 o Partido Socialista ganhou as eleições, dizendo aos munícipes deste Concelho que "ninguém ficaria para trás", e que a prioridade, seriam as pessoas e seriam as políticas orientadas para as pessoas, aquilo que este Relatório de Gestão concretiza, e evidencia, é que essa proposição foi integralmente cumprida, porque se olharmos vemos evoluções muito significativas, em todas as áreas da atividade municipal em que no centro estão as pessoas, dando o exemplo da educação, no funcionamento das escolas, da confeção das refeições nas escolas, a oferta de manuais escolares para os alunos do 1.º e 2.º ciclos, reforçados os serviços de apoio nas escolas, o programa "Férias para Todos", entre outras, demonstra que este tipo de políticas, que não é evidenciada pelos números, nem medida por rankings de nenhuma Consultora, mas mostram o que foi a prioridade, apesar destas medidas na área da educação não serem vistas como investimento, e respondendo diretamente ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), disse que tem vergonha de quem não consegue ver para além do investimento em betão, para chegar ao conceito de investimento, e deu também o exemplo na área da cultura, e que o investimento ou despesa com a cultura, praticamente duplicou no mandato, ou seja, a cultura transformou-se no terceiro componente de maior despesa, assim como a área do desporto e que a esmagadora das despesas com esta atividade também não consideradas como investimento, e para juntar isto, temos um quadro que elenca as medidas de apoio às pessoas e às famílias e isso mostra uma evolução de 2014 para 2017, que duplicou de valor, aproxima-se dos 5 milhões de euros, quase 5% da despesa da gestão de 2017, assim sendo, este Relatório mostra aquilo que foi um programa político apresentado aos cidadãos e aquilo que foi o seu cumprimento. Quanto ao assunto dos 81 milhões de euros parados, disse que isso é um engano do Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), apenas 6/7 milhões de euros estão à guarda do Município, e quanto ao ranking de que falou, questionou se os Municípios de Portimão e Faro fizeram investimentos superiores a Loulé? Se calhar em 4 anos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

não fizeram sequer o investimento que o Município de Loulé fez num ano.-----

Apelando ao direito de resposta, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), disse que lê Balanços, não inventa números, e se o Senhor Deputado Hugo Nunes não sabe ler Balanços, terá que aprender a fazê-lo, e o que vê neste documento são 81 milhões de euros parados em Bancos, nas contas 11 e 12, quanto aos 6/7 milhões de euros referidos, trata-se apenas de "fogo de vista", e quando falou sobre as pessoas e as famílias, a Bancada do PSD não discorda de que este Executivo tenha uma política social forte, e que aposte na admissão de mais pessoas para a Função Pública, pelo contrário, o que a Bancada do PSD discorda, é que não se faça também investimento, porque a política distributiva do Executivo, não conduz este Município a lado nenhum, pois basta olhar para o passado recente, e vejam onde acabámos, e na realidade o que se vê é que este Executivo não tem feito investimento, e neste documento, o investimento em relação às despesas totais, vem descrito da seguinte forma: em 2008 em cerca de 28%, em 2009 cerca de 35%, em 2010 cerca de 27%, em 2011 cerca de 30%, em 2012 altura de crise cerca de 19%, e atualmente este Executivo apresenta apenas 14% de investimento com 81 milhões de euros em cofre, ou 79 milhões, como refere o Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), e o Executivo ainda acha que está a fazer um brilharete com as necessidades que este Concelho tem? Com cidadãos a queixarem-se aqui todos os dias? Com buracos nas estradas, candeeiros sem luz, falta de creches, falta de lares, falta de habitações e este Executivo ainda acha que está a fazer um brilharete? Devem é por a mão na consciência, e apliquem o dinheiro, porque o que falta a este Executivo é falta de engenho, porque quando têm tanto dinheiro na mão, não sabem o que fazer, para além de distribuírem e gastarem o dinheiro em festas e eventos, e é este o grande problema do Partido Socialista, é que não tem engenho para multiplicar o dinheiro, só apenas para distribuir.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que disse que esteve a ler atentamente o Relatório, e que gostaria de tecer algumas considerações, começando por dizer que reparou que este ano as rubricas estavam bastante desenvolvidas, deixando de estar muitas coisas escondidas nos diversos e outros, e que o prazo médio de pagamento aos fornecedores estava em 3 dias, o que no seu entender é muito estranho, porque parece que é pronto-pagamento, o que acha ser impossível, e em relação à questão das receitas descerem 3% e os custos aumentarem 12%, neste aumento de despesa, questionou o Executivo se esta despesa era a boa despesa ou a má



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

despesa? Nos serviços culturais, recreativos e religiosos, houve um aumento de 16%, questionando se as contas da "Noite Branca" estavam inseridas nesta rubrica? E se estiverem, quanto é que custou? Disse também que, o investimento continua a ser muito fraco, que é manifestamente muito pouco, para este Concelho e para as suas necessidades, e nas Grandes Opções do Plano, a rubrica comércio, turismo e outras funções económicas, tem uma execução de 0, ou seja, o Executivo tem que olhar com outros olhos e com maior atenção, o setor do comércio e turismo, porque é o motor de desenvolvimento do nosso Concelho, e vê-se que o Executivo não está a apostar, porque deveria apostar bastante forte, para se criar mais riqueza, porque só com riqueza, é que se pode gerar recursos para se fazer um estado social.-----

-----  
Também foi dada a palavra ao senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que a forma como este ano foram apresentadas as contas, permite uma leitura muito rápida e fácil, sendo uma melhoria substancial que não podia deixar de realçar, e referindo-se à intervenção do senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que o estado a que chegou, era dramático, porque recorda-se de que no Mandato em que chegou a esta Assembleia, 2005-2009, haviam taxas de execução orçamentais que se situavam nos 50%, que no seu entender eram baixas, e este ano temos uma taxa de execução orçamental de cerca de 80%, sendo uma das taxas mais altas dos últimos anos, o que demonstra que tem haver rigor, e que têm de se fazer orçamentos corretos, que sejam cumpridos, e que tenham uma taxa de execução, significativa. Referiu também, que este Município tem praticado uma política fiscal amiga do contribuintes, porque nunca tivemos indicadores como estes, reduções bastante expressas nos impostos diretos, como o caso do IMI, mantendo o nível de receita, demonstrando que a política deste Executivo trouxe maior rendimento disponível para o Município, de tal forma que não prejudicou as contas do Município, e a questão dos 14% de investimento, que foi muito falada, referiu que aumentou em cerca de 23% relativamente a 2016, e que em 2018, de certeza que o investimento continuará a crescer, atingindo de certeza números muito mais expressivos. Relativamente à dívida total do Município, disse que regista uma redução de 6,9 milhões de euros, face a 2016, e isso do ponto de vista da despesa, é um contributo para o aumento da despesa. Referiu também, que concorda com o que foi dito pelo senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)** e que lamenta que os custos da função económica sejam reduzidos, pois não há dúvida que a componente social tem um peso significativo e é importante, mas a função económica também deveria ter mais expressão. Terminou a sua intervenção dizendo que não há dúvidas que a saúde financeira deste Município, é fabulosa, estável, e que em termos de futuro,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

este está assegurado.-----

-----

Usou também da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que ouviu atentamente tudo o que foi disto sobre este Relatório, referindo que a economia começa a recuperar o ritmo, os investimentos privados e públicos aumentaram, o emprego cresce, o desemprego cai, a segurança social já não está moribunda, o serviço nacional de saúde, quase moribundo, demora a recompor-se, e o relatório de contas demonstra que se podia ter feito muito mais, do que fizemos, as contas estão equilibradas, os saldos bancários consideráveis, como tal, temos que nos aventurar noutra ritmo, porque não se pode perder tempo, que nos permita, fazer o que faz falta, particularmente na construção de equipamentos municipais para a infância, para idosos, famílias carenciadas, sem-abrigo, também avançar com um programa de reabilitação urbana, para dar vida à zona história das nossas cidades, bem como um programa de aquisição de imóveis de construção, de habitação para que sejam integrados no mercado de arrendamento para jovens e famílias, a aquisição de bolsas de terrenos, pois há dinheiro suficiente que permite arriscar a comprar, também as adaptações às alterações climáticas, a conclusão das redes públicas de saneamento e águas, há muito prometidas e extensivas a todos o Concelho. Quanto à taxa de execução do orçamento, na ordem dos 80%, referiu que nunca se lembra de tal ter acontecido, e no âmbito da transparência, questionou o Executivo, onde é que podia encontrar neste Relatório, informação sobre valores do que é que foi gasto e de quanto se recebeu com os grandes eventos promovidos pela Câmara Municipal, que quanto a si é uma lacuna que continua a ser escondida, mas que deve constar neste Relatório e nos próximos, de forma discriminada, pelo que, solicitou que esta informação começasse a vigorar neste Relatório, porque são muitas despesas e grandes, como tal interessa saber. Concluiu a sua intervenção, dizendo que a Bancada do BE iria votar favoravelmente esta proposta.-----

-----

Apelando ao direito de resposta, foi novamente concedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que em relação à intervenção do senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, disse que sobre o que disse, não discordava da taxa de execução fiscal, nem discorda da política fiscal deste Município, nem discorda da função social que este Executivo tem determinado nos últimos anos e que esteja incorreta, pelo contrario, do que discorda, é que na realidade este Município podia fazer mais, podia fazer melhor, porque tudo o que é feito na função social não tem um efeito multiplicativo, enquanto que, o dinheiro que for gasto em investimento, quer industrial, quer comercial, cada euro investido, gera um euro e meio, dois euros, etc., gera emprego, gera economia, gera mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

impostos, e é nisto que discorda da politica estratégica deste Executivo, e se não houver uma politica municipal atrativa para o investimento, não se gera emprego, as empresas não vêm investir no nosso Concelho, e isso leva a que não haja emprego, a que não haja empregados, e isso não cria impostos, nem cria riqueza, nem rendimento disponível, que é o que o toda a gente fala e quer, e é nisto que discorda, que no seu entender se traduz numa ausência de estratégia, e de olhos fechados para o investimento, porque é o que falta para se gerar riqueza no nosso Município e referindo-se à saúde financeiro do Município, disse que a mesma era excedente, e que se olhasse para os rácios de liquidez, ficamos pasmados, pois tratam-se de rácios exorbitantes, com 79 ou 81 milhões de euros na conta, e o que pretende de facto, é que este Município se torne mais prospero, e que seja melhor, para vivermos cá.-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, e referindo-se às intervenções do senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que o dinheiro que não é do Município, está no balanço, no passivo, e está lá em cauções, e em relação às contas consolidadas, disse que as mesmas só aparecem em Junho, e relativamente ao aumento da carga fiscal, disse que as taxas nunca foram tão baixas neste Concelho, e que a receita aumentou porque as pessoas compraram imóveis.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que por vezes fica pasmado com a falta de memória que algumas pessoas têm, nomeadamente sobre assuntos de ordem financeira, porque quando se fala em dinheiro, conseguimos apontar os problemas dos outros, mas não conseguimos ver o que é que nós fizemos, e gerir uma Autarquia, ou gerir um Governo, não é a mesma coisa que gerir uma empresa, como o Partido Social Democrata faz crer, porque existem Serviços que a Autarquia ou o Governo prestam, que não têm, nem podem dar lucro, e será que não conseguem perceber isso? Terminou, dizendo que este Executivo não está contra os empresários, mas quem tem dinheiro, tem uma obrigação social, e que o PSD está contra isso.-----

Seguidamente foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, começando por dizer que muitos dos projetos de investimento que o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, acompanha neste Concelho, entre o Concurso aberto para o projeto e a conclusão da obra, passam-se 1 ou 2 mandatos, e houve várias obras dessas nos mandatos presididos pelo Dr. Seruca Emídio, e em 3 ou meses, ninguém muda *Grandes Opções do Plano*, e que foi apresentado um Quadro pelo Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, que evidenciava que havia uma

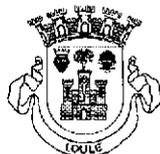


## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

redução de mais de 400 funcionários no Município de Loulé, entre 2010 e 2014, e que isso não era um número num Quadro, foram lugares que deixaram de ser desempenhados, foi uma redução clara do poder de fazer da Câmara Municipal, e em 2013, a CML estava completamente desnatada daquilo que era a quantidade nas áreas operacionais e daquilo que era a capacidade nas áreas técnicas, e nessa altura, não se conseguia fazer um projeto médio utilizando só os recursos internos, porque o conhecimento tinha saído, e só isso, obrigou a que todos os projetos tivessem que ser feitos fora, e o 3.º mandato do Dr. Seruca Emídio, foi um mandato catastrófico, em que as pessoas estavam desmotivadas, e a herança deixada, foram poucos projetos e maior parte deles, desajustados da realidade dos nossos tempos, e como tal, qualquer projeto teve que ser refeito e mandado fazer de raiz, e este ciclo da despesa pública, está desajustado daquele que é o período normal dos mandatos.-----

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que quando olha para um balanço e vê lá um número, que alguém quer que veja o contrário, realmente parece que anda com o passo trocado, mas o que vê e o que analisa são os números, e os números e os rácios dizem-lhe uma coisa, e o que vê neste Quadro é um determinado valor em conta bancária, disponível, e se a Bancada do PS diz que se tratam de cauções, isso não lhe interessa, porque o que lhe interessa é o que vê, e o que os indicadores de investimento mostram, dando o exemplo dos custos por funções, e se olhar para as funções económicas, vê que na realidade se passou de um investimento de 11 milhões de euros, para 10 milhões, o que é claramente, um nível de investimento mais baixo, e é disto que a Bancada do PSD discorda, porque concordam com todas as medidas fiscais e sociais que este Executivo implementa, mas discordam claramente da estratégia quanto ao desenvolvimento do Município, e que em termos de gestão, enquanto que a empresa privada de que proprietário, ganhou um prémio de empresa líder e prémio de excelência, o resultado da gestão do senhor Deputado Hugo Nunes, no Hospital de Faro, foi o de uma dívida enorme e memorial.-----

Para finalizar a discussão desta proposta, foi concedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que começou por dizer que algumas sugestões feitas durante este debate, poderiam ser objeto de análise na próxima apresentação da Prestação de Contas, e referiu ainda que, a principal função da Administração Pública é a redistribuição, foi o que aprendeu nas suas aulas de finanças públicas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato à sua votação:-----

b)- **Proposta 15/2018- Deliberação relativa à Apreciação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e à Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 655-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), tendo sido votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor (24 PS e 1 BE), e 9 abstenções (8 PSD e 1 CDS).**-----

Após a votação, pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Bancada do PSD apresentava uma **Declaração de Voto**, referente a esta proposta, passando de seguida a ler a mesma, que será anexada a esta Ata e fará parte integral da mesma.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato ao ponto seguinte:-----

c)- **Proposta 16/2018- Deliberação relativa à Autorização Prévia da Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [**Proposta Camarária n.º 658-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente Pedro Pimpão**, dizendo que esta proposta advinha da Revisão Orçamental e junta-se aos restantes Compromissos Plurianuais do Orçamento, e que tinha alterações, principalmente para os anos de 2019 e 2020.-----

Não havendo intervenções sobre esta proposta por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou de imediato à sua votação:-----

c)- **Proposta 16/2018- Deliberação relativa à Autorização Prévia da Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [**Proposta Camarária n.º 658-**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), tendo sido votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor (24 PS e 1 BE), e 9 abstenções (8 PSD e 1 CDS).---

Dando seguimento à Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte:-----

**d)- Proposta 17/2018- Deliberação relativa à Proposta de Adesão à ANAM, ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013;-----**

Sobre esta proposta o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que esta proposta foi entregue aos Senhores Deputados em tempo oportuno, justificando e explicando o que é a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), uma Associação que agrupa Assembleias Municipais de todo o País, e que esta proposta tinha que vir a esta Assembleia, porque é a Assembleia que pode autorizar e comunicar à Câmara Municipal, para efeitos orçamentais, visto que existe uma Assunção de Despesas, que tem a ver com quota anual, porque por lei, o que a Assembleia Municipal tem é uma dotação orçamental do orçamento da Câmara. Concluiu, dizendo que iria haver um Congresso da ANAM no mês de Maio, e foi solicitado às várias Assembleias, que para participarem neste Congresso, teriam que até ao final do mês de Abril, deliberarem sobre a adesão à ANAM.----

Não havendo intervenções sobre esta proposta por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de seguida à votação da mesma:-----

**d)- Proposta 17/2018- Deliberação relativa à Proposta de Adesão à ANAM, ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, tendo sido votada e aprovada por unanimidade.-----**

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia, passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos:-----

**e)- Proposta 18/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1, alínea a) do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e do art.º 74.º do Regimento da Assembleia Municipal, cuja retificação foi aprovada na continuação da Sessão Extraordinária de 31 de Julho de 2015, realizada em 3 de Agosto de 2015;-----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para esclarecer os Senhores Deputados Municipais, o Senhor **Presidente da Assembleia** disse que esta proposta vinha no seguimento de uma deliberação de uma das sessões anteriores, em constituir uma Comissão para a Revisão do Regimento, que foi constituída pelos Membros da Comissão Permanente, que participaram de uma forma muito ativa, e é esse trabalho que foi feito com muito cuidado, e é esta proposta final de Revisão, que se põe à consideração nesta sessão.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que havia a necessidade de se adaptar o Regimento às leis que entretanto foram mudando, e torna-lo mais fácil e mais organizado. Das novidades introduzidas, falou na 2.ª intervenção do público, ou seja, antes o público só podia intervir no início da sessão e agora poderá fazê-lo também no final da sessão. Referiu também que foram criadas também sessões específicas e sessões temáticas, para tornar esta Assembleia mais política e apelativa à participação dos cidadãos. Por fim disse que se tratava de um bom Regimento e como tal, deveria ser aprovado por todos os Senhores Deputados Municipais.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), tinha dito tudo quase tudo o que havia a dizer sobre esta Revisão, contudo, quis deixar duas breves notas, dizendo que o que foi feito, foi praticamente atualizar o Regimento em relação à legislação em vigor, nomeadamente, a Lei n.º 75/2013, que é o Regime das Autarquias Locais, e outros documentos que legislam sobre esta Assembleia, e que foram compilados num único documento.-----

Pedi também a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que realçou a importância da inclusão da 2.ª intervenção do público, sugerindo no entanto que fosse alargado o tempo do público, ao invés de obrigar o público a estar presente até ao final das sessões, caso ainda alguém pretenda voltar a falar.-----

Esclarecendo esta sugestão do Senhor Deputado António Farrajota (CDS), o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que a maneira como está redigido o Regimento, permitia essa situação, porque houve tentativa de conciliar o que a lei diz, que é um momento com a possibilidade desse momento poder ser alargado, e o ser alargado podia ser mais tempo no 1.º momento ou mais tempo no 2.º momento, e foi esse o teor da discussão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Terminadas as intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, passou à sua votação:-----

e)- Proposta 18/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1, alínea a) do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e do art.º 74.º do Regimento da Assembleia Municipal, cuja retificação foi aprovada na continuação da Sessão Extraordinária de 31 de Julho de 2015, realizada em 3 de Agosto de 2015, tendo sido votada e aprovada por maioria, com 1 abstenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS).-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

*Adriano Paiva*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

*Apresentado na sessão de 27.04.18  
para ser feita esta parte da ata*

Deputada da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé

Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista

*Am P. P. P. P. P.*



Pedido de Intervenção na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2018

### DEFESA DA HONRA

**Assunto:** Contido num post colocado pelo Sr. Carlos Martins no Facebook em 26 de fevereiro de 2018 sobre o ocorrido na sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2018.

As afirmações que proferi relativas à Proposta de Recomendação apresentada pelo Sr. Deputado do BE sobre a criação do Provedor Municipal estão bem expressas na ata da sessão, constantes na página 13 e que mereceram diferentes intervenções que figuram nas páginas 13 e 14. O que questionei não foi a utilidade do Provedor Municipal, apenas a forma e conteúdo do texto do ponto 1 e a ausência de indicação das competências da comissão eventual proposta, para além de promover a criação, como aliás é exigido no ponto 1 do Art.º 9.º do Regimento da Assembleia Municipal e que diz "... definidas na mesma oportunidade as respectivas competências, composição e duração do mandato". Não estando expressas as competências específicas da comissão elas vão recair nas competências gerais da AM e para isso não é preciso criar uma comissão. A intervenção e o voto que assumi foram exercidos em liberdade e de forma consciente, neste espaço de democracia.

O Sr. Carlos Martins, que não esteve presente na sessão, logo não ouviu nem leu, e, ou foi mal informado ou inventou. Atrás do teclado pensou que era o melhor, resolveu deitar ácido sobre as palavras que lá escrevendo e que publicou no Facebook. Foi claramente ofensivo tanto a nível pessoal como enquanto deputada municipal.

Seguindo o texto do post, começa por colocar insinuação sobre a minha competência profissional como professora. Acontece que não sabe nada da minha competência, pois nunca trabalhou comigo, não foi meu colega de curso nem meu aluno. Não sabe mesmo nada sobre a minha carreira e essa é uma área que não tem nenhuma legitimidade para invocar, aliás quem pertence com elevação a uma instituição sabe que se trata de uma área do foro pessoal que não deve ser objecto de insinuações.

Colocar em dúvida a aceitação de integrar a lista do PS à AM, para além de pessoal é uma questão que apenas ao Partido diz respeito e com a qual não tem nada a ver, assim como não se questiona a presença de deputados nas diferentes bancadas e a permanência prolongada de alguns na AM, incluindo o Sr. Carlos Martins. Neste campo é a democracia a funcionar, com a apresentação ao eleitorado dos diferentes candidatos aos distintos órgãos autárquicos.

Finalmente argumentar com incoerência e senilidade é de enorme arrogância e indelicadeza. É do conhecimento de todos o trabalho que tenho vindo a produzir, sem outras fontes inspiradoras, porque é único, e que coloco ao serviço da comunidade do Concelho de Loulé. Ser capaz de o elaborar (apenas entre duas pessoas), com a profundidade e a qualidade que



tem sido reconhecida por diferentes entidades, incluindo docentes da Universidade do Algarve e de outras Universidades que nos têm dado testemunhos de apreço, é um indicador claro que ainda não estou no patamar da senilidade, embora esta adjectivação seja subjectiva e possa aplicar-se a pessoas com idade inferior à minha.

Quanto à incoerência penso que estamos perante um exemplo ilustrativo do que é ser incoerente, pois o Sr. Carlos Martins que lembrou a necessidade de instituição do Provedor do Município vem, ele próprio a público, pôr em causa a nível pessoal, profissional e como deputada, uma pessoa que pertence à entidade que deve aprovar o regulamento e eleger o cidadão que vai desempenhar a função de Provedor do Município. O seu comentário no facebook, verdadeiro boomerang social, é revelador de uma incomensurável distância entre o que escreveu e o discurso sobre o que deve ser feito, o que se agrava por estar automaticamente incluído na comissão que propõe seja criada.

Por tudo o que disse, fico a aguardar que o Sr. Carlos Martins se retrate publicamente do seu lamentável ato, como outros cidadãos já o fizeram neste espaço.

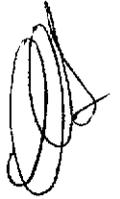
Handwritten signature in black ink, appearing to read "J. Baptista".





PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULE



## DECLARAÇÃO DE VOTO

Ex.mo Sr. Presidente

da Assembleia da Municipal de Loulé

O Grupo parlamentar do PSD vem pelo presente meio, apresentar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO relativa à **Proposta 15/2018 – Deliberativa**, proposta pela Câmara Municipal de Loulé, apresentada nesta Assembleia na sessão do dia 27 de abril de 2018, que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

Atendendo às peças financeiras e seus anexos enviados tempestivamente a esta assembleia, concluem os representantes do partido social Democrata (PSD), que o orçamento de 2017, e consequentemente a sua execução traduziu-se num grave retrocesso económico e social, para o Município de Loulé, e sobretudo um verdadeiro atentado aos interesses legítimos de todos os munícipes.

Não é por acaso que o Município de Loule, outrora um município liderante, inovador e atrativo, quer social, quer economicamente, se encontra anualmente a descer no ranking das cidades mais competitivas quer nacional quer regionalmente, tendo ficado, no ano 2018, atrás de cidades como Albufeira, Portimão, Tavira e Faro, de acordo com o estudo elaborado pela consultora Bloom Consulting 2018 e que se fundamenta em variáveis como, investimento, turismo, e qualidade de vida.

Este atraso deve-se claramente à ausência de investimento que a autarquia tem imprimido ao município de Loulé desde que tomou funções, cujas consequências ainda não podemos determinar, mas que já são evidentes, quer pelo estado da nossa cidade, pelo estado da rede viária, pela falta de saneamento básico e abastecimento de água, pela falta de ampliação do parque escolar, pela falta de construção de equipamentos sociais tal como creches e lares, como ainda e sobretudo na ausência de construção de habitação para jovens e Famílias carenciadas.

Onde outrora, com o anterior executivo municipal, o investimento público médio, entre 2008 e 2013, rondava os 27% relativamente à despesa total, no ano 2016, com este executivo, foi de 13,04%, e de 14,31% em 2017.

Enfim, falta tudo para que este município seja melhor para os nossos concidadãos, para as suas famílias e para as empresas.

Mas não é por falta de disponibilidades financeiras para se poder concretizar as necessidades dos nossos munícipes, pois o saldo bancário a 31 de dezembro de 2017, são de 81 milhões de euros.





PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULE

---

Concluimos, pois, que se trata sim de falta de “engenho”, de falta de vontade política em desenvolver o nosso município, e que representa claramente uma violação ao compromisso eleitoral para com os seus munícipes, que este executivo firmou nas eleições autárquicas de 2017.

Pelo supra exposto, entende a bancada do PSD, abster-se na votação da proposta supra, por não concordar com a estratégia de desinvestimento deste executivo.

Loulé, 27 de abril de 2018.



## Veronica Coelho

---

**De:** cmpcosta@sapo.pt  
**Enviado:** segunda-feira, 22 de outubro de 2018 16:42  
**Para:** Assembleia Municipal de Loule  
**Cc:** Adriano Pimpao  
**Assunto:** Fwd: Ata n.º 7-18 (27 de Abril 2018) para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal  
**Anexos:** winmail.dat

Solicito correção na minha intervenção na pág 14 da ata 07/18 relativa a sessão da AM de 27/04/2018 -----  
-----

Seguidamente o senhor Deputado Carlos Costa(PS), teceu algumas considerações sobre o Relatório da Atividade Municipal, nomeadamente a dinâmica que se verifica no Município, embora com muito ainda por fazer, as situações vão-se resolvendo. -----

Cumprimentos  
Carlos Costa

